



ARQUIVO **S**

No início do século 20, um cientista venceu o *Aedes*

Documentos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que senadores do início do século passado se opuseram à estra-

tégia adotada em 1903 por Oswaldo Cruz para reduzir os mosquitos e erradicar a febre amarela do Rio. No final, a ação foi exitosa. **4 e 5**



Em charge, Oswaldo Cruz mata mosquito que atacaria o presidente

Plenário deve analisar Lei das Estatais e reforma administrativa

Pauta desta semana inclui ainda MP sobre Jogos Olímpicos e projetos a respeito de empresas em universidades e da composição do Tribunal de Justiça do Distrito Federal

O Plenário começa a semana com duas medidas provisórias na pauta, sobre isenções para distribuidoras de energia que atuarão nos Jogos Olímpicos do Rio e a reforma administrativa do governo. Elas devem

ser analisadas amanhã, desobstruindo a pauta e permitindo a votação do projeto da Lei Geral das Estatais, das emendas a texto sobre empresas juniores, de proposta sobre mandado de injunção e do aumento no número de desembargadores do TJDF. **3**

Congresso analisa vetos à Lei da Repatriação **3**

Prêmio Bertha Lutz será entregue pelo Senado amanhã **6**

Comissão debate privatização de presídios **7**

Juristas vão consolidar ideias sobre administração fiscal

Os juristas integrantes da Comissão da Desburocratização terminaram na sexta-feira a análise de questões relativas ao anteprojeto de processo administrativo fiscal, que eles estão elaborando. Entre as sugestões debatidas, estão sanções para a administração no caso de descumprimento

de prazo para respostas a pedidos feitos por contribuintes no processo. Agora a comissão deve consolidar as sugestões sobre a área tributária e votar o texto. Entre as mudanças já aprovadas pela subcomissão, está a criação de um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica unificado. **7**



Integrantes da comissão pretendem reduzir burocracia na área tributária



Além de obras digitais, Senado possui no catálogo 309 títulos impressos

Novo Código de Processo Civil está disponível na internet

Senado disponibiliza gratuitamente, em sua Livraria Virtual, o novo Código de Processo Civil, que passa a vigorar no dia 17. O código busca garantir

rapidez aos processos judiciais, com medidas como a extinção de recursos e o aumento de multas para quem recorrer apenas para adiar decisões. **2**

Depoimento de Lula repercute em Plenário

Para os senadores de oposição, a 24ª fase da Lava-Jato dificulta ainda mais a situação política da presidente da República, Dilma Rousseff. Integrante do Bloco de Apoio ao Governo, Telmário Mota disse que opositoristas não visam ao bem do país, mas somente ao poder. **8**

Delcídio apresenta novo pedido de licença médica **8**

Escolas podem ter aulas de educação ambiental **7**



Secom | Publicidade e Marketing

Diploma Bertha Lutz
15ª Premiação
2016

Sessão Solene do Congresso Nacional
Dia Internacional da Mulher

Data: 8/3/2016
Hora: 11h

Local: Plenário do Senado Federal

AGRACIADOS

Ellen Gracie Northfleet
Lucia Regina Antony
Luiza Helena de Bairros
Lya Fett Luft
Marco Aurélio Mello



Código de Processo Civil pode ser baixado de graça

A nova versão do CPC começa a vigorar no dia 17 e está disponível para download gratuito na Livraria Virtual do Senado, que tem outros 21 títulos em formato digital, além de 309 impressos

O NOVO CÓDIGO de Processo Civil (CPC), que passa a vigorar no dia 17, já está disponível em formato digital e pode ser baixado, gratuitamente, na Livraria Virtual do Senado. O texto foi sancionado pela presidente Dilma Rousseff em 16 de março do ano passado.

Entre outras mudanças, o novo CPC (Lei 13.256 de 2016) busca garantir rapidez aos processos judiciais. É o caso, por exemplo, da extinção de recursos e do aumento de multas para quem recorrer apenas para adiar decisões. Há ainda o mecanismo de julgamento de recursos repetitivos, que permitirá a aplicação de uma decisão única para processos iguais.

A versão atualizada do código é um dos 22 títulos da Livraria Virtual do Senado disponíveis em formato eletrônico. São livros que reproduzem textos legais e podem ser lidos em tablets, celulares e computadores. A edição atualizada do CPC já teve aproximadamente 5,1 mil downloads, informa a coordenadora de Edições Técnicas da Casa, Denise Zaiden.

Além dos títulos em formato digital [e-pub] disponíveis na Livraria Virtual, há 318 publicações na Biblioteca Digital do Senado em arquivo PDF.

Também conhecidos como e-books, os livros digitais são disponibilizados no formato e-pub — abreviação de Electronic Publication. Trata-se de um tipo de arquivo padrão específico para e-books, criado com o objetivo de tornar o conteúdo adaptável às diversas plataformas.

A expectativa é de que todos os livros a serem lançados em 2016 também tenham formato digital. A exceção serão as obras em que o autor não ceder os direitos para esse tipo de versão.



Reprodução

Em 2015, mais de 12 mil livros foram vendidos pela página da livraria na internet

— Creio que nesta semana já teremos a publicação do livro *Presidencialismo no Brasil* em e-book — diz Denise Zaiden, referindo-se à obra organizada por João Paulo M. Peixoto.

Para visualizar um texto no formato digital, é preciso instalar um leitor de e-pub no computador ou dispositivo móvel. No caso de notebooks e desktops, basta baixar um programa. Para dispositivos como celulares e tablets, é preciso baixar um aplicativo.

O formato garante ainda acessibilidade a pessoas com deficiência visual, já que o e-pub possui compatibilidade com aparelhos que contam com recursos de áudio.

Impressos

Além das obras em versão digital, a Livraria do Senado conta com 309 títulos impressos, como a Constituição e o livro *Marketing Social: aplicação e métricas no setor público*, de Paulo Ricardo dos Santos Meira, Cristiane Pizzutti dos Santos e Douglas Pinto Mafra.

No ano passado, foram vendidos 26.952 exemplares, sendo 6.991 nos dois pontos de venda localizados no Senado, 12.639 pela internet e 7.322 em feiras de livro.

— As publicações mais procuradas nesses últimos 12

meses foram a Constituição federal, o Código de Processo Civil, o Regimento Interno do Senado e o Regimento Comum do Congresso Nacional — informa Denise.

O público-alvo, segundo a coordenadora, é formado principalmente por estudantes, professores ligados às áreas do direito ou estudos sociais e pessoas que estudam para concursos. Ela resalta ainda os interessados em obras com teor histórico e referentes a direitos dos idosos.

Os exemplares podem ser adquiridos no site da Livraria do Senado (*veja quadro abaixo*) ou presencialmente, nos dois pontos de venda da Casa: um no Túnel do Tempo, que liga o edifício principal do Senado ao Anexo 2, e o outro no prédio da Gráfica do Senado, na Via N2. Ambos funcionam das 10h às 17h.

Entre os títulos que serão publicados este mês estão a *Coletânea Básica Penal* (5ª edição), *Resíduos Sólidos e Saneamento Básico*; e *Patrimônio Genético e Assédio*. Em abril, está previsto o lançamento da legislação eleitoral atualizada.

Baixe o CPC na Livraria Virtual:
<http://livraria.senado.gov.br>
Conheça a Biblioteca Digital:
<http://bit.ly/bibliosenado>

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

CDH Privatização de prisões
9h Audiência pública interativa sobre privatização do sistema prisional brasileiro. Às 14h30, audiência pública sobre a luta pelos direitos das mulheres. Às 17h30, reunião de trabalho para discutir estratégias de combate ao trabalho escravo.

PLENÁRIO Pronunciamentos
14h Sessão não deliberativa destinada a pronunciamentos dos senadores.

TERÇA

CCT Pesquisas clínicas
8h45 Reunião deliberativa. Na pauta, o PLS 200/2015, que agiliza a liberação de pesquisas clínicas, e o PLS 224/2014, que facilita o cancelamento de serviços de telecomunicações.

CDH Violência contra a mulher
9h Audiência pública interativa sobre o avanço das políticas públicas no enfrentamento à violência contra as mulheres.

CMA Educação ambiental
9h30 Reunião deliberativa. Na pauta, o PLS 221/2015, que torna a educação ambiental disciplina obrigatória, e o PLS 324/2015, que institui obrigatoriedade da captação de água da chuva e seu reúso em novas construções.

CAE Desapropriação do solo
10h Eleição do presidente e reunião deliberativa. Na pauta, o PLS 504/2013, que dispõe sobre a desapropriação, por utilidade pública, para reparcelamento do solo.

CONGRESSO Dia da Mulher
11h Sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher. Entrega do Prêmio Bertha Lutz.

CE Alunos com deficiência
11h30 Reunião deliberativa. Na pauta, o PLS 45/2015, que proíbe a cobrança de adicional para alunos com deficiência.

CMO Prestação de contas
13h30 Reunião do Colégio de Líderes, apreciação dos relatórios de prestação de contas, de gestão fiscal e de avaliação de receitas e despesas.

MP 698 Minha Casa, Minha Vida
14h30 Análise de relatório da MP 698/2015, que garante ao FGTS pagamento de prestações não quitadas do Programa Minha Casa, Minha Vida.

TRANSPARENCIA Requerimentos
14h30 Análise de requerimentos.

PARLASSUI Agrotóxicos
14h30 Reunião deliberativa. Na pauta, o PLS 680/2015, que substitui a expressão "agrotóxicos" e termos correlatos por "produtos fitossanitários", de modo a adequar o texto dessa lei às normas vigentes no Mercosul.

QUARTA

MP 699 Interrupção de via pública
15h Análise de relatório da MP 699/2015, que agrava a penalidade para interrupção deliberada de vias públicas.

CONGRESSO Vetos
19h Sessão conjunta do Congresso Nacional destinada à deliberação dos Vetos 53 a 64/2015 e 1 a 4/2016.

CI Agência Nacional do Petróleo
8h30 Sabatina de Aurélio Cesar Nogueira Amaral, indicado para diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP). Em seguida, reunião deliberativa. Na pauta, o PLS 494/2009, que dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica nos aterros sanitários.

CAS Registro de medicamentos
9h Audiência pública interativa para debater o PLS 727/2015, que dá transparência ao processo de concessão e renovação do registro de medicamentos.

CDR Moradia para trabalhador
9h Reunião deliberativa. Na pauta, o PLS 331/2015, que destina percentual do Programa Minha Casa Minha Vida aos trabalhadores da construção civil.

CCJ Superior Tribunal de Justiça
10h Sabatina de Joel Paciornik e Antonio Saldanha Palheiro, indicados para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em seguida, reunião deliberativa. Na pauta, o PLS 204/2015, que majora a pena por crime de poluição de manancial de água.

CE Escola de tempo integral
10h Audiência pública para debater o PLS 255/2014, que institui a escola de tempo integral no ensino fundamental.

MP 707 Empréstimo
11h Audiência pública interativa para debater a MP 707/2015, que prorroga o prazo para refinanciamento de empréstimos para aquisição de caminhões.

MP 712 Aedes aegypti
14h Apresentação do plano de trabalho da comissão responsável pela MP 712/2016, que dispõe sobre medidas de vigilância em saúde relacionadas ao mosquito transmissor da dengue, chikungunya e zika.

AGENDA BRASIL Reciclagem
15h Reunião deliberativa. Na pauta, o PLS 187/2012, que deduz do Imposto de Renda doação a projetos de reciclagem.

CRE Economia chinesa
10h Análise do PDS 8/2016, que dispõe sobre a adesão do Brasil ao Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (Ideia). Logo após, audiência pública interativa para avaliar impactos da economia chinesa sobre os países emergentes.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

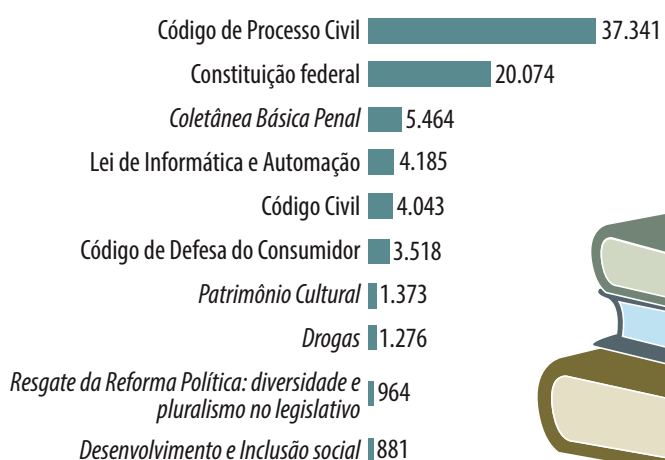
- Alô Senado: 0800 612211
- Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidania
- Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

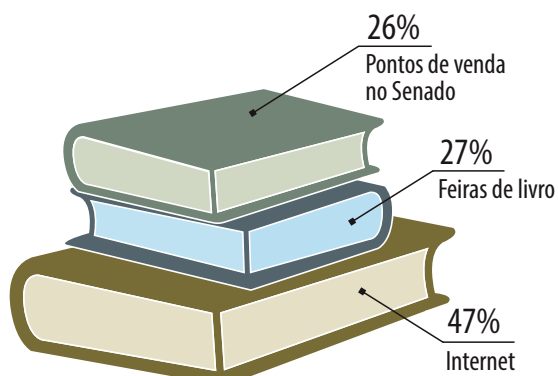
A TV Senado transmite, a partir das 9h, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Letras e números

Títulos mais baixados na Livraria Virtual do Senado



Meios de aquisição das publicações impressas



Senadores devem analisar amanhã em Plenário duas MPs, sobre distribuição de energia nas Olimpíadas e redução de ministérios, e, na quarta, normas para empresas públicas

Pauta inclui reforma administrativa e estatais

NESTA SEMANA, OS senadores devem votar no Plenário propostas sobre os Jogos Olímpicos, a reforma administrativa do governo federal, a regulamentação de empresas juniores em universidades e a Lei Geral das Estatais.

Duas medidas provisórias trancam a pauta. A primeira é a que concedeu benefícios fiscais para as distribuidoras de energia elétrica durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, a serem realizados na cidade do Rio de Janeiro. Pela MP 693/2015, convertida no PLV 2/2016, as isenções valem para as empresas que atuarão no Rio de Janeiro e nas cidades-sede do futebol (São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Brasília e Manaus).

A segunda trata da reforma administrativa (MP 696/2015), que reduziu de 39 para 31 o número de ministérios e secretarias da Presidência da República, por meio de fusões e da redistribuição de competências entre os órgãos.

Segundo o presidente do Senado,



Após destrancar a pauta, Senado deve votar projeto da Agenda Brasil e emendas sobre empresa júnior

Renan Calheiros, a intenção é liberar a pauta amanhã. Assim, na quarta deve ser votado o projeto da Lei Geral das Estatais (PLS 555/2015), que integra a lista de propostas prioritárias da Agenda Brasil e estabelece normas de

governança corporativa e regras para compras e licitações que atendam às especificidades de empresas públicas e sociedades de economia mista da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Também devem ser votadas as emendas da Câmara ao PLS 437/2012, que regulamenta a criação e o funcionamento das empresas juniores dentro de instituições de nível superior.

Os senadores podem analisar ainda o PLC 18/2015, que regula o processo e o julgamento do mandado de injunção individual e coletivo (mandado que pede a regulamentação de uma norma da Constituição, quando não foi feita pelos Poderes competentes), e o PLC 1/2016, que aumenta o número de desembargadores e altera a estrutura do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT).

Nesta semana também devem ser lidas outras medidas já aprovadas pela Câmara, como a MP 694/2015, que aumenta de 15% para 18% a alíquota do Imposto de Renda retido na fonte incidente no pagamento de juros sobre o capital próprio pagos ou creditados aos sócios ou acionistas de empresa. A medida perde a vigência amanhã.

Congresso analisa veto à Lei da Repatriação e a mais 15 projetos

A pauta da primeira sessão do Congresso deste ano prevê a votação de 16 vetos presidenciais. A sessão conjunta, amanhã às 19h, deve deliberar sobre dispositivos vetados na Lei da Repatriação (Lei 13.254/2016), em matérias orçamentárias (um deles, anulando o reajuste dos benefícios pagos pelo Programa Bolsa Família), no Marco Legal da Ciência e Tecnologia e na anistia aos policiais militares em greve.

No projeto que originou a Lei da Repatriação (PLC 186/2015), ao todo, foram vetados 12 dispositivos. Um deles é o que permitia o retorno ao Brasil de objetos enviados de forma lícita, mas não declarada, como joias, metais preciosos e obras de arte. Outro possibilitava o parcelamento da multa. O veto (VET 4/2016) também removeu a permissão do regresso de recursos que estão no nome de terceiros ou laranjas e a previsão de que somente

quem tivesse sido definitivamente condenado pela Justiça (em última instância) estaria proibido de aderir ao regime de repatriação.

Orçamento

O reajuste dos benefícios do Bolsa Família de acordo com a inflação acumulada de maio de 2014 a dezembro de 2015 está entre os mais de 50 dispositivos vetados do projeto sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 (LDO). A presidente Dilma Rousseff alegou que não há verba prevista no Orçamento de 2016 e, se o reajuste fosse concedido, seria necessário desligar beneficiários do programa. O veto (VET 64/2015) também retira do texto a exigência de que a União reserve um valor mínimo para ações e serviços públicos de saúde, a ampliação da relação de despesas que não poderiam ter empenhos limitados

e a previsão de recursos para as vítimas do rompimento da barragem de Mariana (MG).

Dívida pública e ciência

Já no VET 3/2016, a presidente retirou vários dispositivos do Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2016-2019. Entre eles, está a auditoria da dívida pública. A justificativa foi que, como o conceito de dívida pública abrange também os estados e municípios, a auditoria entraria em conflito com o pacto federativo. Outro trecho vetado dava garantia de fonte de financiamento para todos os projetos em tramitação no Congresso. Segundo o Executivo, a quantidade de proposições representa um potencial de aumento de despesa que torna a iniciativa impraticável.

A perda de receitas foi a alegação de Dilma para vetar alguns dispositivos do PLC 77/2015, que trata de estímulos ao

desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Um dos dispositivos removidos no VET 1/2016 é referente à isenção do recolhimento de tributos previdenciários sobre bolsas de pesquisa e compra de produtos.

Anistia

A presidente justificou o veto total (VET 56/2015) ao PLC 17/2015 por considerar o projeto — que ampliava o direito de anistia aos policiais e bombeiros militares que deflagraram movimentos de greve em 2014 — contrário ao interesse público. Os militares reivindicavam melhores salários. A presidente se respaldou em parecer do Ministério da Justiça segundo o qual as situações dessas greves se deram em contextos distintos das que receberam ampliação do direito de anistia originalmente”.

Vetos na pauta de amanhã

VET 53/2015	Veto parcial a cinco artigos do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 17/2015, resultante da MP 678/2015, que permitiu o uso do Regime Diferenciado de Contratações na área de segurança pública. O conteúdo dos dispositivos vetados era estranho ao tema principal da MP.	VET 61/2015	Veto total ao PLS 186/2008, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) para tratar da avaliação na educação indígena. A presidente da República alega que o dispositivo incluiria uma obrigação excessivamente ampla e de difícil implementação, pela grande variedade de comunidades e línguas indígenas no Brasil.
VET 54/2015	Veto parcial ao PLN 3/2015, que cria uma gratificação para os representantes dos contribuintes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda (Carf) e autoriza o provimento de cargos no Banco Central e na Receita Federal.	VET 62/2015	Veto parcial ao PLV 24/2015 (MP 691/2015), que trata da administração, alienação, transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos. A justificativa para o veto é que dispositivos do projeto poderiam estimular a alienação de quaisquer áreas urbanas de terreno de marinha, inclusive situadas fora de áreas urbanas.
VET 55/2015	Veto parcial à MP 682/2015, que estabeleceu mudança na gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural até a completa liquidação das suas obrigações. Foram vetados os dispositivos que asseguravam a livre escolha de seguradoras pelos produtores rurais.	VET 63/2015	Veto parcial sobre a Lei 13.41/2015, que regulamenta o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em bebidas alcoólicas. Entre os dispositivos removidos do texto, o que estabelecia teto para a alíquota do IPI que poderia ser imposta a tais produtos.
VET 56/2015	Veto total ao PLC 17/2015. O texto concedia anistia aos policiais e bombeiros militares que fizeram manifestações por melhores salários em diversos estados. Segundo o Executivo, o conteúdo do projeto era contrário ao interesse público.	VET 64/2015	Veto parcial ao projeto de lei do Congresso (PLN 1/2015) sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 (LDO). Entre os mais de 50 dispositivos vetados, está o reajuste para o Programa Bolsa Família.
VET 57/2015	Veto parcial aposto ao PLV 20/2015 (MP 687/2015). Foram vetadas a criação de requisito específico para financiamento de obras audiovisuais e musicais produzidas pela indústria nacional e a redução a 20% dos valores da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) para obras videofonográficas com tiragem de até 2 mil exemplares.	VET 1/2016	Veto parcial aposto ao PLC 77/2015, que trata de estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação.
VET 58/2015	Veto parcial ao PLV 22/2015 (MP 685/2015), que instituiu o Programa de Redução de Litígios Tributários. Foi vetado dispositivo que afastava do Ministério da Saúde o controle sobre alguns dos critérios de adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Instituições sem Fins Lucrativos que Atuam na Área de Saúde (ProSus).	VET 2/2016	Veto parcial ao PLC 78/2015, que altera artigo do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para garantir a esses profissionais o exame de autos de flagrante e de investigações em qualquer instituição, e assegurar sua presença na apuração de infrações, sob pena de nulidade dos atos praticados.
VET 59/2015	Veto parcial à MP 688/2015, que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, instituiu a bonificação pela outorga e altera leis sobre as concessões de energia elétrica, sobre o Conselho Nacional de Política Energética e sobre investimentos em pesquisa, desenvolvimento e eficiência.	VET 3/2016	Veto parcial ao Plano Plurianual (PPA) da União para o período de 2016 a 2019. Entre os dispositivos vetados, a auditoria da dívida pública e o que dava garantia de fonte de financiamento para todos os projetos em tramitação no Congresso.
VET 60/2015	Veto parcial ao PLV 21/2015, resultante da MP 684/2015, que fez mudanças na lei que estabelece o regime jurídico das parcerias público-privadas (PPPs). Sete dispositivos foram vetados.	VET 4/2016	Veto parcial ao PLC 186/2015, que se transformou na Lei da Repatriação. Ela permite o retorno ao país de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no país. Ao todo, foram vetados 12 dispositivos.

Senado entrega amanhã o Diploma Bertha Lutz

Pela primeira vez, um homem vai receber o prêmio: o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo

PESSOAS QUE CONTRIBUÍRAM na luta pelos direitos da mulher e em questões de gênero receberão amanhã, Dia Internacional da Mulher, o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. A cerimônia está marcada para as 11h em sessão solene do Congresso.

Entre os premiados deste ano, estão a escritora Lya Luft, a ex-ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Ellen Gracie e o ministro do STF Marco Aurélio Mello, primeiro homem a receber o prêmio. Também está na lista dos agraciados a cirurgiã-dentista Lucia Regina Antony, ex-vereadora em Manaus, líder feminista, fundadora e ex-presidente do Comitê de Mulheres da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e da União de Mulheres de Manaus. A outra premiada é a militante nas áreas de raça e gênero Luiza Helena de Bairros,

ex-ministra-chefe da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Brasil.

A indicação de Marco Aurélio deu-se porque em 2014, como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ele lançou a primeira edição da campanha Mais Mulheres na Política, que incentiva a mulher a concorrer a cargos eletivos. A iniciativa foi motivada por emenda proposta pelo Senado na minirreforma eleitoral (Lei 12.891/2013) que estabelece que o TSE, em anos eleitorais, pode fazer propaganda institucional para incentivar a participação feminina.

Marco Aurélio também ajudou a conceber a ideia publicitária "Todo poder às mulheres", defendendo condições que favoreçam a maior participação feminina em todas as instâncias de poder e na sociedade.

O Diploma Bertha Lutz foi criado em 2001 e já premiou

75 mulheres. Entre elas, Maria da Penha, farmacêutica que inspirou com sua luta pessoal a aprovação da lei que leva seu nome, e Zilda Arns (1934-2010), que coordenou a Pastoral da Criança.

Pioneira feminista

O nome do prêmio homenageia a bióloga Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976), uma das pioneiras do movimento feminista no Brasil, responsável por ações políticas que resultaram em leis que deram direito de voto às mulheres.

O Conselho do Diploma Bertha Lutz, presidido pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS), é composto por 15 senadores que escolhem, anualmente, cinco pessoas entre as indicadas por qualquer um dos 81 senadores e senadoras. Desde o ano passado, homens também podem ser indicados.

Campanha vai incentivar maior participação feminina na política

Campanha institucional do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para estimular a participação feminina nas eleições municipais de outubro deverá ser lançada em sessão solene no Congresso, no dia 31 de março, fechando as comemorações do Mês da Mulher.

A propaganda começará a ser veiculada em rede nacional de rádio e TV em 1º de abril. A confirmação foi feita pelo ministro Dias Toffoli, presidente do TSE, à bancada feminina do Congresso, na quinta-feira.

A notícia foi comemorada pelas senadoras e deputadas, que haviam pedido o encontro no TSE para se informarem sobre o andamento das medidas de fiscalização do cumprimento da legislação eleitoral em relação às mulheres.

Conquista

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora especial da Mulher do Senado, destaca que a ação do TSE é uma medida de grande importância. A senadora ressaltou que, de acordo com o mapa da Organização das Nações Unidas (ONU), no continente americano, o Brasil só tem mais mulheres no Parlamento do que o Haiti, Belize e São Cristóvão.

— É inadmissível isso. Não conseguimos uma reforma política eleitoral mais profunda, que é o que queríamos, mas já temos medidas importantes. Uma delas é a possibilidade de um incentivo por meio de uma campanha publicitária da própria Justiça Eleitoral brasileira a favor das mulheres — disse.

As parlamentares conversaram com os ministros sobre as conquistas da minirreforma eleitoral. Vanessa lembrou que, de acordo com a lei, 5% dos recursos do Fundo Partidário passarão a ser administrados pelas Secretarias de Mulheres dos partidos, a partir das eleições de outubro.

Toffoli reconheceu que a presença da mulher em

cargos políticos não corresponde à importância delas na vida produtiva do país. Ele citou estudo recente que indica que, em 1980, 10% das mulheres eram responsáveis pelo sustento das famílias, e hoje já são 30%.

Também ministro do TSE, Henrique Neves afirmou que o tribunal tem discutido possíveis ações para impedir que partidos lancem candidaturas femininas apenas para cumprir a lei. Segundo ele, alguns TRES já aprovaram normas a respeito e essa pode vir a ser uma deliberação nacional.

A deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) disse que a luta pela maior participação da mulher na política é suprapartidária, por se tratar da garantia de direitos humanos e justiça social.

A deputada Soraia Santos (PMDB-RJ) informou aos ministros sobre a estratégia das parlamentares para a aprovação da PEC da Mulher (PEC 134/2015), em análise na Câmara. Ela também disse que a bancada está unida no convencimento dos líderes de partidos em favor da continuidade da campanha Mais Mulheres na Política.

União

Toffoli enfatizou que, apesar da pequena porcentagem das mulheres na vida política, está havendo avanços graças à união das senadoras e deputadas federais, e do apoio da sociedade e da Justiça Eleitoral, que, para o presidente do TSE, não tem medido esforços para efetivar a garantia de maior participação feminina na vida política.

Também participaram do encontro as senadoras Lídice da Mata (PSB-BA), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Lúcia Vânia (PSB-GO) e Regina Sousa (PT-PI) e as deputadas Elcione Barbalho (PMDB-PA), procuradora da Mulher da Câmara, Carmen Zanotto (PPS-SC), Janete Capiberibe (PSB-AP), Keiko Ota (PSB-SP) e Ana Perugini (PT-SP).

(Com TSE e Procuradoria Especial da Mulher)



Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e deputada Jô Moraes conversam com Marco Aurélio sobre mulheres na política, em 2013

Audiência debate luta pelos direitos das mulheres

A luta pelos direitos das mulheres será debatida hoje em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), às 14h30.

O requerimento para o evento é do presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), a partir de sugestão da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores

Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior do Brasil (Fasubra).

Entre as convidadas, estão a vice-prefeita de Salvador, Célia Sacramento, e representantes da Fasubra e do Movimento Mulheres em Luta. Também devem comparecer ao debate representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT),

da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e do Comitê Mundial de Mulheres do escritório regional brasileiro da Internacional dos Serviços Públicos.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Juristas querem reduzir burocracia tributária

Intenção do colegiado é penalizar a administração se o prazo para responder pedidos de contribuintes for descumprido. Comissão já aprovou a criação do CNPJ unificado

A COMISSÃO DA Desburocratização, integrada por juristas convidados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, encerrou na sexta-feira a discussão de pontos relativos ao processo administrativo fiscal. Entre as sugestões analisadas na Subcomissão de Questões Tributárias, estão sanções para a administração no caso de descumprimento de prazo para respostas a pedidos de contribuintes no processo.

Para o vice-presidente da comissão, Geraldo Piquet Carneiro, a aprovação das mudanças pode significar um grande avanço na redução da burocracia.

— Se isso for aprovado como está proposto, vai ser um progresso espantoso em matéria de redução de burocracia na área tributária, porque tem muitas coisas que vêm se repetindo há séculos e continuam escritas. Nós estamos removendo tudo isso para que o carro passe mais rapidamente sem ser



Membros da Comissão de Desburocratização encerraram discussão sobre processo administrativo fiscal

parado no meio do caminho — disse.

Agora a comissão deve consolidar as sugestões feitas até o momento na área tributária e decidir, em votação,

como ficará o texto. Entre as mudanças já aprovadas pela subcomissão, está a criação de um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) unificado.

Atualmente, a empresa tem que ter, além do CNPJ federal, os registros municipal, estadual ou distrital.

Os juristas discutiram a revogação de um artigo do Código Tributário Nacional que exige a apresentação da prova de quitação de todos os tributos para que seja concedida a recuperação judicial, processo que tem o objetivo de evitar a falência de uma empresa. Para os integrantes da comissão, é um contrassenso exigir dos credores privados a aceitação das condições especiais da recuperação e não fazer o mesmo com créditos tributários.

Formada por 17 juristas, a comissão é presidida pelo ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça. Os integrantes se dividem em cinco subcomissões, que depois apresentam as propostas para votação no âmbito da comissão. O prazo para a conclusão dos trabalhos é 11 de abril.

Comissão discute hoje privatização do sistema prisional brasileiro

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) faz hoje, às 9h, audiência pública interativa sobre a privatização do sistema prisional.

Em debate promovido pela comissão no ano passado, a superlotação, as celas sem higiene e os presídios dominados por facções criminosas foram alguns dos problemas discutidos.

Para a audiência de hoje, foram convidados Luís Lanfredi, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Paulo Cesar Malvezzi Filho, da Pastoral Carcerária; Bruno Shimizu, da Defensoria Pública do Estado

de São Paulo; Pétalla Timo, da Conectas Direitos Humanos; e Cíntia Assumpção, da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

Também devem participar Carlos Moura, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Renato De Vitto, do Departamento Penitenciário Nacional (Depen); Eduardo Galduróz, da Associação de Juízes pela Democracia; Luciana Zaffalon, do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais; e um representante dos servidores penitenciários.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Situação atual dos presídios deve ser discutida na audiência pública da CDH

Ensino de educação ambiental pode virar obrigatório

Está marcada para amanhã mais uma reunião deliberativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com 18 itens na pauta de votações.

Entre eles, está a proposta de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) que torna a educação ambiental uma disciplina obrigatória nos ensinos fundamental e médio (PLS 221/2015). O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), recomenda a aprovação.

Ele lembra que, pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) hoje vigente, a educação ambiental não é tratada como uma

disciplina obrigatória, mas como um tema transversal às demais disciplinas.

No relatório, ele diz convergir com a visão de Cássio, para quem a efetivação de uma consciência ecológica na sociedade não pode se pautar apenas em instrumentos repressivos e de controle, mas em mecanismos que levem ao fortalecimento da cidadania.

O projeto será analisado pela Comissão de Educação depois de passar pela CMA.

Também pode ser votado pelos senadores da comissão o PLC 113/2014, do deputado Félix Mendonça Júnior

(PDT-BA). O texto faculta aos consumidores de serviços de energia elétrica, água encanada, telefonia, gás liquefeito ou natural encanado ou qualquer outro serviço mensurável a instalação de medidores visando ao próprio controle do uso dos serviços, independentemente da existência de medidores instalados com o mesmo fim pelo distribuidor.

O projeto estabelece que a instalação dos equipamentos deve ser custeada pelo consumidor. O relator da proposta na comissão, senador Douglas Cintra (PTB-PE), é favorável à aprovação.

Texto garante direito de cancelar serviço via web

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) deverá analisar amanhã, a partir das 8h45, em decisão final, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 224/2014, que garante aos usuários de serviços de telecomunicações o direito de cancelar serviços por telefone e por internet.

O relatório de Lasier Martins (PDT-RS) é pela aprovação do texto original do projeto, de autoria de Eduardo Amorim (PSC-SE), e pela rejeição das

emendas feitas na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde a matéria já foi aprovada.

O PLS 224/2014 insere no artigo 3º da Lei 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações) dois novos direitos dos usuários: o direito a atendimento presencial, telefônico e por internet; e o direito a mecanismos simplificados de rescisão do contrato por todos os canais de atendimento, inclusive por telefone e por

internet. O artigo 2º do projeto estabelece o prazo de 45 dias para a entrada em vigor da nova lei.

Também em caráter terminativo, a CCT deverá examinar o PLS 432/2014, que define a forma de avaliação do Programa Nacional de Banda Larga. O relatório de Walter Pinheiro (PT-BA) é pela aprovação, na forma do substitutivo de autoria dele. Se aprovado o substitutivo, a matéria estará na pauta da próxima reunião da comissão.

Paulo Bauer quer transparência nos prêmios de loterias

Paulo Bauer (PSDB-SC) está requerendo na Comissão de Transparência e Governança Pública (CTG) informações ao ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, sobre a administração das loterias por parte da Caixa Econômica Federal. O requerimento é um dos itens na pauta da reunião de amanhã.

O senador quer a relação dos vencedores de todas as loterias cujo valor tenha sido superior a R\$ 1 milhão por

prêmio nos últimos oito anos.

Ele também solicita a relação dos ganhadores de mais de um prêmio, por tipo de loteria, qualquer que tenha sido o valor, durante o mesmo período. As informações devem conter o número do CPF e do concurso, a data do sorteio e do pagamento, o valor do prêmio e a localidade em que foi feita a aposta.

Na justificativa, o senador argumenta que dados do Conselho de Controle

de Atividades Financeiras (Coaf) indicam que há pessoas que já ganharam inúmeras vezes na MegaSena, o que levanta suspeita sobre o uso da loteria para a lavagem de dinheiro.

“Recai não sobre os maiores prêmios, mas sobre os de menor monta, exatamente por não chamarem a atenção”, afirma Bauer no requerimento.

O senador também cita o concurso 1.764 da MegaSena, realizado em 25

de novembro de 2015, que pagou um prêmio superior a R\$ 205 milhões.

“Há denúncias de que houve a divulgação no site da Caixa, logo após o sorteio, de que não havia ganhador. Mas no momento seguinte o mesmo site anunciava, sim, a existência de ganhador. Isso voltou a trazer especulações sobre fraudes e irregularidades nas loterias”, lembra Bauer no requerimento.

Senadores de oposição pediram a cassação da presidente Dilma Rousseff. Telmário Mota, do Bloco de Apoio ao Governo, rebateu dizendo que a oposição só quer o poder

Depoimento de Lula à PF repercute no Senado

A 24ª fase da Operação Lava-Jato, chamada Aletheia, e a condução coercitiva do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva para depor repercutiram na manhã de sexta-feira no Plenário do Senado. Lula foi levado de sua residência, em São Bernardo do Campo, até uma delegacia no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, onde prestou depoimento. Enquanto isso, senadores se revezaram na tribuna para avaliar as consequências da ação da Polícia Federal.

“O governo Dilma acabou”, diz Cássio Cunha Lima

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), disse que o país foi surpreendido, na sexta-feira, com a 24ª fase da Lava-Jato na casa do ex-presidente Lula.

— O governo Dilma acabou não só com as esperanças a curto prazo do povo brasileiro, mas mutilou a verdade, aniquilou a ética, destruiu concepções de governabilidade com transparência, porque tudo o que vem sendo revelado nos últimos anos demonstra que é preciso que as instituições encontrem, dentro da Constituição, uma saída para esta crise — afirmou.

Ele conclamou a população a ir às ruas no dia 13 e manifestar indignação contra o governo. O senador também defendeu a convocação de novas eleições como saída para a atual crise.



Medeiros critica PT por tentar “vitimizar” o ex-presidente

José Medeiros (PPS-MT) rebateu a alegação do PT de que o ex-presidente Lula é um “preso político”. Segundo ele, trata-se de uma tentativa de vitimização, de um ato de irresponsabilidade.

— O grande artífice disso tudo foi ele. Digo isso para quebrar o discurso do PT de tentar plantar na mídia a ideia de que a prisão é política. Lula foi a maior liderança dos últimos tempos do Brasil. Mas o responsável por sua ascensão e queda é ele mesmo. Não é a oposição, não é a polícia, não é o Ministério Público.

Medeiros disse que acreditou um dia no discurso do petista baseado no combate à corrupção e na melhoria da vida do povo brasileiro.

— Esse projeto do PT ruiu ontem e continua desmoronando hoje.



Agripino: “Saída para o país é cassação ou impeachment”

O líder do Bloco de Oposição, José Agripino (DEM-RN), apelou para a união das forças políticas em um amplo esforço para tirar o país da crise. Segundo ele, a solução passa pela cassação, pelo TSE, da chapa que elegeu Dilma Rousseff ou, via Congresso Nacional, pela aprovação do impeachment.

Agripino salientou que o afastamento da presidente não tem por objetivo a tomada do poder. O comando do país, assinalou, será decidido com base nas regras constitucionais e, em última instância, o voto dos brasileiros.

— Agora não há nenhuma dúvida de que a salvação nacional se impõe e passa pela substituição do esquema de poder que já se mostrou incapaz e impotente para dobrar a crise — salientou.



Para Ferraço, STF deve abrir inquérito para investigar Dilma

Mesmo que a delação premiada do senador Delcídio do Amaral (PT-MS) não venha a ser homologada pelo STF, o conteúdo precisa ser investigado, defendeu Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

— Não há outro caminho para o Supremo que não o de abrir inquérito para investigar a presidente da República. Se o senador Delcídio mentiu ou não, vai caber a ele

Ferraço apontou a gravidade das informações que teriam sido prestadas por Delcídio. Então líder do governo, Delcídio foi preso em novembro pela Operação Lava-Jato e teria sido solto após negociar uma delação.

O senador elogiou a manifestação do ministro do STF, Celso de Mello, segundo a qual, na República, ninguém está livre de investigação.



Oposição se preocupa somente com o poder, diz Telmário

Um dos quatro vice-líderes do Bloco de Apoio ao Governo, Telmário Mota (PDT-RR) criticou a postura da oposição em relação às recentes denúncias contra o ex-presidente Lula e a presidente Dilma. Na avaliação do senador, a reação oposicionista constitui “disputa de poder e não uma preocupação com os rumos da nação brasileira”.

— A matéria da IstoÉ [baseada em suposta delação premiada de Delcídio] não traz só denúncias sobre o ex-presidente Lula e a presidente Dilma. Elenca uma série de autoridades, do Judiciário ao Senado. Mas eu não vi a oposição pedir aqui punição para os demais — criticou.

Telmário é relator da representação que pede a cassação do mandato de Delcídio no Conselho de Ética.



Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

Renan Calheiros emite nota sobre momento do país

O presidente do Senado, Renan Calheiros, emitiu nota pública sobre a 24ª etapa da Operação Lava-Jato na sexta-feira, quando a Polícia Federal ouviu depoimento do ex-presidente Lula. Veja a íntegra da nota:

A nação passa por um período delicado de sua história. O momento impõe a todos, especialmente aos homens públicos, serenidade, equilíbrio, bom senso, responsabilidade e, sobretudo, respeito à legalidade.

As instituições devem guardar os limites de suas atribuições legais e qualquer politização ou radicalização — independente da origem — será um desserviço ao país.

Valores absolutos do Estado democrático de direito, independência dos Poderes, liberdade e garantias individuais

e coletivas, liberdade de expressão e a presunção da inocência, conquistados tão dolorosamente, precisam ser reiterados.

Qualquer investigação, portanto, precisa ser conduzida dentro do respeito à lei e à Constituição federal. O Brasil e sua democracia mais longeva já foram testados anteriormente e, sempre, estarão acima de tudo e de todos.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional

Delcídio entrega novo pedido de licença médica

Delcídio do Amaral (PT-MS) apresentou à Secretaria-Geral da Mesa do Senado, na sexta-feira, novo pedido de licença médica pelo período de 15 dias. Assim, a licença começa a contar de amanhã até 22 de março.

O pedido foi feito com base no Regimento Interno do Senado, que permite aos senadores afastamento por até 120 dias para tratar de doença ou de interesses particulares. Ao pedido foi anexada instrução médica. O senador já está de licença médica desde o dia 22 de fevereiro.

A licença não altera os prazos da representação contra ele no Conselho de Ética do Senado.

Renan anuncia amanhã assuntos da agenda expressa

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que concluiu as visitas que vinha fazendo às lideranças partidárias com o objetivo de levantar projetos para criar uma agenda expressa que deve ser deliberada ainda no primeiro semestre de 2016. A intenção é apresentar o cronograma de votação e os assuntos que comporão a agenda amanhã.

— Esta pauta não tem acordo de mérito. Apenas de procedimento. E ela será discutida e apreciada ao longo deste semestre — disse Renan.

O último encontro do presidente do Senado com os diferentes partidos da Casa foi com o Democratas. Segundo Renan, a conversa com o senador José Agripino (DEM-RN), presidente da legenda, com o senador Ricardo Franco (DEM-ES) e com o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), líder da bancada, foi produtiva.



Após ouvir lideranças, Renan divulgará temas e cronograma deste semestre

— Nós falamos da necessidade de convergirmos na criação de uma pauta, senão com relação ao mérito, mas, com certeza, com relação ao procedimento e de elegermos critérios para a criação desta pauta — afirmou Renan.

O presidente do Senado anunciou que, de pronto, três prioridades apresentadas pelo DEM foram acolhidas. A primeira trata do projeto de resolução que democratiza a

apresentação de requerimento de destaque.

— A minha preocupação é que essa democratização não implique a paralisação do projeto quando estiver sendo apreciado. Eu conversei com o senador Caiado para criarmos regras para esse dispositivo — alertou Renan.

A segunda prioridade diz respeito à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 118/2015, que obriga o Executivo a elabo-

rar um plano de metas para ser acompanhado pelo Congresso.

— A partir desse plano de metas, vamos estabelecer o orçamento, o contingenciamento, o que seria muito bom para instrumentalizarmos os debates do desenvolvimento da administração pública — ressaltou Renan.

O terceiro ponto propõe a revisão do Ato da Mesa do Senado 1/2001, que regulamenta a tramitação de requerimentos de informação.

— O Senado é o órgão público mais transparente do Brasil. Nós criamos uma Comissão de Transparência. E como pode o Senado dar uma tramitação nos requerimentos de transparência de modo a inviabilizá-los no tempo? Então nós aceitamos esta sugestão e o requerimento de informações vai ter tramitação rápida e expressa — informou.

(Da Assessoria da Presidência do Senado)